

## O imaginário sobre a mulher “para casar”: uma análise da revista *Jovens Moças* e a resistência do discurso feminista na internet

### The imaginary about the woman “to marry”: Analysis of the magazine “*Jovens Moças*” and the feminist discourse on the internet

Carolina Fernandes<sup>1</sup>

Maria Carolina Silva de Oliveira<sup>2</sup>

#### **Resumo**

O artigo objetiva analisar o discurso sobre o casamento a partir de sequências discursivas retiradas da revista “*Jovens Moças*” colocando-as em contraponto ao discurso feminista veiculado em postagens na internet. Com base no dispositivo teórico-analítico da Análise Materialista do Discurso (AD), que considera discurso como objeto ideológico e histórico capaz de produzir imaginários, concluímos que, a partir do processo de polissemia em que se produz o discurso feminista na linguagem, evidencia-se a construção do casamento como uma instituição forjada pela ideologia dominante, propagadora do discurso patriarcal e machista na sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso. Casamento. Mulheres. Resistência

#### **Abstract**

The article aims to analyze the discourse on marriage based on discursive sequences taken from the magazine “*Jovens Moças*”, placing them in counterpoint to the feminist discourse published in internet posts. Using the theoretical framework of the Materialist Discourse Analysis (AD) that considers speech as an ideological and historical object capable of producing imaginary, according to the subject's paraphrase or polysemy. In the end, we conclude that, from the polysemy process in which feminist discourse in language takes place, the construction of marriage is evidenced as an institution forged by the dominant ideology, propagator of patriarchal and sexist discourse in society contemporary

**Keywords:** Discourse Analysis. Marriage. Womens. Resistance

**Recebido em:** 30/12/2020.

**Aceito em:** 22/02/2021.

<sup>1</sup> Docente no curso de Letras e no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Línguas da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Tutora no programa de Educação Tutorial PET-Letras. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5395-827X>.

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Bolsista PET-Letras, financiada pelo FNDE. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7669-2275>.

## Considerações iniciais

O discurso social e historicamente produzido sobre a mulher ideal para casar mantém-se parafrasticamente na sociedade contemporânea através da memória discursiva que atualiza constantemente o imaginário sobre o lugar social das mulheres, imaginário este que também as constitui inconscientemente. Este artigo propõe discutir sobre o modo como é historicamente materializado na sociedade o discurso sobre o papel da mulher no casamento, propondo uma leitura desse ritual jurídico-cristão ocidental. Quando pensamos inicialmente no tema, as formas mais comuns de materialização ocorrem quando proferimos frases para jovens mulheres tais como “esta é para casar”. Historicamente, jovens moças aprendem a administrar uma casa e sempre que são bem sucedidas nas suas tarefas recebem sob o efeito de elogio, o enunciado: “Já pode casar!”. Considerado “elogio” dentro de uma formação discursiva machista, esse enunciado geralmente é proferido ao se comentar um prato cozinhado por uma mulher ou uma fralda bem trocada do irmão. Desse modo, percebemos que há um funcionamento homogeneizante de mulher, de filha e de família, cobrando da mulher se esta sabe cozinhar, limpar e cuidar dos mais novos. Aparentemente, se estes aprendizados forem concluídos, pela ideologia dominante, o sujeito-mulher já pode sair do seio familiar - mãe, pai e irmãos, - e construir uma outra família para/com um novo homem, seu marido. Assim, a moça sai do comando do homem-pai para ser subjugada ao homem-marido. E, com suas reformulações, ainda observamos, na conjuntura atual, perpetuar-se esse imaginário de “mulher para casar”, tanto que os discursos feministas buscam, pela ironia como observaremos nas análises, um modo de resistir a esse imaginário e à imposição desse lugar social de mulher-esposa, cuidadora do lar e dos filhos.

Desse modo, neste artigo, será analisado, pela perspectiva da Análise do Discurso (AD), o discurso sobre a imagem da mulher para casar e a historicidade do casamento materializado na revista *Jovens Moças*<sup>3</sup>, de 1914 a 1919, contrastando com discursos da rede digital de comunicação que textualiza a *hashtag* #*dicasmatrimoniais*. Contudo, antes de compreender discursivamente o *status* de “para casar” precisamos compreender a historicidade do casamento. Principalmente, na colonização brasileira, onde houve uma divisão entre as mulheres, mulheres brancas de um lado, e de outro as mulheres negras escravizadas. Isso deve ser informado para que seja evidenciado que as análises feitas neste artigo partem de um lugar de enunciação<sup>4</sup> e posição-sujeito-pesquisadora que não se insere no campo do feminismo negro, porém, compreende as distinções dos lugares de luta e busca desenvolver o início de uma discussão sobre a condição do casamento, visto que é um discurso inerente às mulheres independente da sua cor.

Atualmente, a sociedade brasileira ainda é composta por essa mesma divisão, de uma forma mais dissimulada, mas a opressão a que as mulheres negras estão submetidas está marcada nas estatísticas de empregos análogos à escravidão, principalmente em relação ao trabalho doméstico, que apenas recentemente foi reconhecido como um trabalho passível de direitos trabalhistas. É necessário expor esse fato, pois podemos não compreender, ao sermos mulheres brancas, o quanto é necessário entender nossa história e compreender nossos privilégios e nosso lugar de indignação. Justamente, para resistir. Porque independentemente da nossa posição social como mulheres, há algo que nos une: o funcionamento de um discurso religioso que nos afeta inconscientemente e nos limita a

<sup>3</sup> Quinzenal *Ilustrada* (RJ) - 1914 a 1919, que se encontra atualmente na Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>4</sup> O lugar de enunciação é definido “como uma reflexão sobre a divisão social do direito de enunciar e a eficácia dessa divisão e da linguagem em termos da produção de efeitos de legitimidade, verdade, credibilidade, autoria, circulação, identificação, na sociedade” (FONTANA, 1999, p. 16).

sermos mulheres que precisam de um homem para casar, e, conseqüentemente, para ter filhos e cuidar do lar. Nesse ponto, mais uma vez apontamos a generalização dada às mulheres, o que materializa suas existências, independente da sua classe social, raça ou orientação sexual, precisam estar à disposição de um homem nas suas casas e/ou para seus filhos. O casamento é uma instituição patriarcal e é por aí que começaremos a dialogar neste artigo.

### A historicidade da Instituição Casamento

Para a Análise do Discurso, não interessam os fatos históricos, eventos datados e registrados em fontes historiográficas, mas como “a história se inscreve no discurso” (GLOSSÁRIO, 2001, p. 17), isso que se entende por *historicidade*. Observar como os sentidos para casamento se inscrevem no discurso através da relação entre história e língua nos fornece subsídios para compreender o processo discursivo que constitui o imaginário de mulher “para casar”.

O casamento na perspectiva jurídico-social é um contrato entre duas pessoas que varia conforme a historicidade das diferentes culturas. Para analisar o discurso social sobre o casamento, devemos nos afastar do modo que atualmente o conhecemos, pois, como observa Navarro (2012), o romantismo começa a ser associado ao casamento apenas após a disseminação pela literatura do século XIX do discurso de que o casamento é uma união feita pelo amor. A ideia do amor romântico passa a ser difundida na literatura, na música, nas óperas e teatros (NAVARRO, 2012) produzindo outros efeitos para uma mesma necessidade: a da mulher conquistar um homem ou do homem ser conquistado por mulheres. Essa busca passa a ser vista como uma necessidade “natural” de “ser amado(a)”. Não questionamos o sentimento que nos faz buscar o casamento, mas sim a historicidade produzida por uma ideologia burguesa capitalista, para nos ajudar a compreender a produção do imaginário de uma mulher que precisa ser “controlada” ou “adequada” para servir ao casamento. Engels (1891) afirma que, nos primórdios da civilização, não há exclusividade entre parceiros, o casamento, então, não era como o conhecemos atualmente, o que demonstra que este resulta de uma construção social:

Reconstruindo retrospectivamente a história da família, chega à conclusão de que existiu uma época primitiva em que imperava no seio da tribo, o comércio sexual promíscuo de modo que a cada mulher pertencia igualmente a todos os homens e cada homem a todas as mulheres (ENGELS, 1891, p. 31).

O autor (*ibidem*) nos mostra também que a desconsideração do direito materno é o que permite legitimar a Ideologia Patriarcal e segue, no mesmo texto, expondo argumentos que justificam a dominância do sexo masculino e do porquê do homem se colocar como centro da família e, conseqüentemente, do casamento. Segundo Engels (1891, p. 32), “o homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em um simples instrumento de reprodução”. E reproduzir era o papel principal da mulher, e para que não houvesse dúvidas sobre a paternidade foi necessário que a mulher praticasse a fidelidade no casamento<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Sabe-se que a monogamia é o regime de união social permitido pelo Estado, entretanto, culturalmente, o homem ter amantes é algo comum e até mesmo aceitável em um longo período histórico, enquanto que, para

O casamento como instituição também possui seu lugar na constituição dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), pois conforme Althusser (1970, p. 69), “a partir do que sabemos, nenhuma classe pode duramente deter o poder de Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos de Estado”. Em sua obra, Althusser (*ibidem*) lista alguns aparelhos ideológicos do Estado, e a família é um deles, onde se perpetua a ideologia dominante do Estado que nos controla desde nosso lar. De acordo com Althusser (1970, p. 43), “designamos por Aparelhos Ideológicos do Estado um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas”. O casamento em seu contexto micro é o ritual que concretiza o AIE que comumente chamamos de família.

O que podemos observar em relação ao casamento, em uma perspectiva materialista a partir das conclusões de Engels, é que se trata de uma construção ideológica e histórica com fins econômicos. No início do século XIX, período em que o texto de Engels foi publicado, já estava estabelecida a ideologia que determinava como um casamento deveria ser. No século XVI, quando os europeus encontraram terras guaranis, não replicaram aqui este conceito jurídico de casamento, pois, o que eles encontraram não era considerado uma “civilização”, mas trouxeram consigo, o mercantilismo e a dupla colonização de corpos femininos indígenas. Essa informação é relevante, pois, é justamente essa diferenciação do que foi a escravidão e a colonização dos corpos indígenas que permite entender nosso lugar de enunciação e a concepção de casamento hétero e monogâmico que reprime as mulheres.

De todas as formas, a Europa tomou para si o protagonismo da história, ditando imaginários de civilização, bons costumes e hábitos culturais que deveriam ser imitados pelos povos que quisessem ascender ao *status* de povo civilizado, e o casamento era um deles. Por isso, atualmente sabemos tão pouco sobre as sociedades indígenas que habitaram o território que viria a se tornar o Brasil. Segundo Liliam Litsuko Huzioka:

Filhos e filhas nascidas da união forçada de índias e negras com brancos, bem como a posterior miscigenação entre povos e a vinda de outros contingentes de imigrantes, caracterizaram a formação dessa população mestiça que compõe o Brasil e a América Latina. Marcas profundas do violento processo de composição desse povo deixam heranças não cicatrizadas sentidas ainda hoje (HUZIOKA, 2010, p 3).

Assim, para pensar no casamento como conhecemos hoje em nossa sociedade, precisamos tratar da vinda da família real para o Rio de Janeiro, quando o Brasil tornou-se mais “europeu” e, para isso, precisou usar de dois grandes Aparelhos Ideológicos do Estado: cultura e religião. O processo de “europeização” também compreendia o “civilizar”.

Dessa forma, podemos observar que o discurso do que hoje conhecemos como casamento iniciou-se na antiga capital da colônia de Portugal, Rio de Janeiro. É o que Maria Ângela D’Incao escreve em seu texto sobre Mulher Burguesa no livro “História das mulheres no Brasil”:

Durante o século XIX, a sociedade brasileira sofreu uma série de transformações: a consolidação do capitalismo; o incremento de uma vida urbana que oferecia novas alternativas de convivência social; a

---

as mulheres, a punição era severa até mesmo com a morte como era o caso de quando o homem assassinava a esposa alegando “legítima defesa da honra”.

ascensão da burguesia e o surgimento de uma nova mentalidade – burguesa – reorganizadora das vivências familiares e domésticas, do tempo e das atividades femininas; e, por que não, a sensibilidade e a forma de pensar o amor (D’INCAO, 2000, p. 187).

Como a colônia era distante da Europa Ocidental, foi apenas vista como destino em um momento de fuga da família real de Portugal de Napoleão, esse acontecimento histórico gerou mudanças no espaço público e privado como observa a autora:

Com fraca diferenciação e estratificação social, a cidade é habitada por uma população homogênea: pessoas ricas parecem não se distinguir, pela maneira de viver, de outras mais pobres, com as quais se relacionam [...] Claro que para a rua atingir seu novo status muitas restrições são impostas à população (D’INCAO, 2000, p. 187).

Desse modo, o espaço público começa a ser governado por um novo interesse, qual seja, “o interesse público”, controlado pelas elites governantes. Esse fato propiciou a modernização da cidade do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, a modernização das relações dentro do casamento. E de acordo com D’Incao (2000, p. 6), “o conjunto de medidas indica a presença de novos valores em uma sociedade ainda baseada na escravidão e na exploração agrária”. Com a presença da realeza, podemos confirmar que a colônia já possuía tal condição para o que Engels definiu como “ordem social”, a ideologia dominante que separa homens e mulheres, dando a eles uma posição social superior.

Com as mudanças provocadas no Rio de Janeiro após a chegada da família real, notamos a cultura juntamente com a religião funcionando como os aparelhos que determinam, ao mesmo tempo em que justificam, a opressão do povo tupiniquim, macro-jê, aruak e karib e os povos escravizados e, portanto, considerados não civilizados. A D’Incao (2000, p 189) reafirma esse fato ao dizer: “A proposta era ser ‘civilizado’, como o eram os franceses e os europeus em geral”. Desse modo, toda sorte de expressões de relações sociais locais que não fossem consideradas civilizadas eram combatidas pela imprensa e proibidas por lei.

Nessas condições sócio-históricas é que se desenvolve, primeiramente, no Rio de Janeiro o imaginário de povo civilizado. Proibir o início de uma manifestação contra o discurso dominante é o primeiro passo para a repressão, e o controle inicia-se ao criar formas de materializar o discurso opressor, na sociedade, a exemplo das leis ou a criação de uma revista como *Jovens Moças*. E sobre os rituais culturais, afirma Foucault (1996, p. 7): “a este querer tão comum a instituição responde de maneira irônica, porque faz com que os começos sejam solenes, porque os acolhe num rodeio de atenção e silêncio, e lhes impõe, para que se vejam à distância, formas ritualizadas”. E por isso, seguindo Pêcheux, observamos que são essas as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção do ritual do casamento (PÊCHEUX, 1988) e a sua importância como instituição, como instrumento de opressão pelo discurso machista.

Discursivamente, o casamento tem seu imaginário forjado no ideal do amor romântico e, por isso, se constitui como uma busca pelo relacionamento idealizado, porém, socialmente o discurso machista e patriarcal define que as funções de administrar uma casa e a educação dos filhos seja delegada apenas à mulher, enquanto ao homem fica a função de provedor do lar. Sabemos que, até mesmo por dificuldades financeiras, muitas mulheres casadas trabalham fora de casa, e essa divisão se torna questionável, visto que ambos passam a ter responsabilidades quanto ao orçamento familiar, mas somente as mulheres

que continuam a assumir as tarefas domésticas. Isso se faz pela manutenção de um imaginário construído pela ideologia patriarcal da mulher que está apta a casar.

### O imaginário de mulher para casar

Compreendemos o conceito de *imaginário*, a partir de Orlandi (2007, p. 32), como sendo o que produz o “efeito de evidência” na relação entre palavra e coisa, isto é, “uma ilusão referencial” que dá a impressão de haver uma relação direta entre o mundo e a linguagem, o que significa que não são óbvios os sentidos produzidos para homem e mulher quando falamos do casamento como instituição, mas funcionam como se fossem. A ideologia é que produz o imaginário através das formações discursivas produzindo o efeito de verdade ou naturalizando os sentidos, como quanto as diferenças entre os gêneros que são consideradas obra da natureza humana. Em uma formação discursiva machista, a mulher para casar constitui-se como uma ajudante ou serviçal do homem, a mulher que necessita de um complemento, um marido e/ou filhos. O conceito de formação discursiva (FD) é explicado por Orlandi com base nos estudos de Pêcheux:

As *formações discursivas* são formações componentes das formações ideológicas e que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. As palavras mudam de sentido ao passarem de uma *formação discursiva* para outra. Assim, não são somente as intenções que determinam o dizer. Há uma articulação entre intenções e convenções sociais (ORLANDI, 2009, p. 27, grifos nossos).

Considerando as convenções sociais impostas ao Brasil colônia, uma perspectiva binária e heteronormativa constrói a ordem do simbólico. Sendo que a relação dos objetos com o que eles próprios significam jamais é direta (ORLANDI, 2007), há a determinação da *ideologia* materializada na *linguagem* como um mecanismo de produção dos sentidos e de suas evidências, o que confere o efeito de transparência na língua e, conseqüentemente, na cultura.

No caso do Brasil, cuja cultura é subjugada à cultura europeia, centrada em sujeitos-brancos, podemos afirmar com Maria D’Incao (2000) que o desenvolvimento das cidades e da vida burguesa no século XIX contribuiu para a produção do imaginário sobre o casamento a partir do processo de privatização da família, já que a disposição do espaço no interior da residência, oferecendo maior conforto; deixou ainda mais claros os limites do convívio e as distâncias sociais entre a nova classe social estabelecida pela realeza e o povo. Por isso, constituiu-se um imaginário sobre o casamento no modelo burguês de forma a realçar limites entre os civilizados e o “povo”. A riqueza e o casamento estão, assim, historicamente ligados e materializados na linguagem sob o discurso de como ser uma mulher ideal para casar, em determinada classe social. Na afirmação da autora supracitada, podemos encontrar na historicidade o que determina os sentidos para as mulheres:

Mulheres casadas ganham uma nova função: contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de sua postura nos salões como anfitriãs e na vida cotidiana, em geral, como esposas modelares e boas mães. Cada vez mais é reforçada a ideia de que ser mulher é ser quase integralmente mãe dedicada e atenciosa, um ideal que só pode ser plenamente atingido dentro da esfera da família “burguesa e higienizada” (D’INCAO, 2000, p. 191).

Embora as mulheres casadas ricas e brancas não exercessem plenamente suas

funções do lar, pois sempre estavam servidas de amas negras e serviçais, a todas era ensinado o ofício do lar para melhor saber mandar e exigir da escrava ou empregada um trabalho impecável. Assim, revistas como *Jovens Moças* cumpriam essa função de orientar, “ensinar” e, assim, “adestrar” as moças que seriam as esposas burguesas ideais.

E quanto mais próxima da Forma-sujeito<sup>6</sup> mulher ideal estivesse sua esposa, mais próximo o homem estava da Forma-sujeito masculina ideal, pois como afirma a autora:

Num certo sentido, os homens eram bastante dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas de seu grupo de convívio. Em outras palavras, significavam um capital simbólico importante, embora a autoridade familiar se mantivesse em mãos masculinas, do pai ou do marido. Esposas, tias, filhas, irmãs, sobrinhas (e serviçais) cuidavam da imagem do homem público; esse homem aparentemente autônomo, envolto em questões de política e economia, estava na verdade rodeado por um conjunto de mulheres das quais esperava que o ajudassem a manter sua posição social (D’INCAO, 2000, p. 192).

Fato que se confirma ao observar que a Revista *Jovens Moças* é criada e editada por homens, não só pela reprodução desses sentidos ou imaginário, mas também porque eram eles que podiam trabalhar fora de casa. O fato de sujeitos-homens ditarem o “ideal de mulher” na sociedade demonstra que há a construção da Forma-sujeito mulher por uma ideologia patriarcal. E essa ideologia, estando materialmente ligada ao inconsciente, passa de geração a geração como um ensinamento de mãe para filha da cultura da “moça para casar”. Após o advento dos movimentos feministas em resistência à ideologia dominante, observamos como os “estereótipos de gêneros” são projetados com o efeito de evidência de que a mulher ideal deve estar à mercê das necessidades do outro, e não de si própria.

Quanto ao nosso objeto de análise, até agora, centralizamos na paráfrase a historicidade do discurso dominante, mostrando que, mesmo que haja uma diversidade de raças e classes sociais no Brasil, as mulheres brancas ricas ficaram com a responsabilidade de ser a “Bela, recatada e do lar” como enunciou a revista *Veja* sobre a primeira dama Marcela Temer. E o contraponto disso é a proibição de exercer livremente sua sexualidade, pois, de acordo com Araújo (1997, p. 50), o “adestramento da sexualidade” teve a ver com o “respeito ao pai, depois ao marido, além de uma educação dirigida exclusivamente para os afazeres domésticos”. E todas as outras eram violentadas sexualmente, com o comércio de mulheres negras e mestiças, as prostitutas eram usadas como artifícios do Estado e da religião para manter a ordem, foram úteis para a construção e a valorização do oposto, da mulher pura sendo a projeção da imagem “da mulher para casar”. As prostitutas eram tidas até mesmo como pacificadoras da violência sexual contra as moças destinadas ao casamento. A prostituição era “um crime menor” nas palavras de Santo Tomás de Aquino e de Santo Agostinho, citado por Del Priore (2000, p. 46) em: “a sociedade carecia tanto de bordéis quanto necessitava de cloacas”.

De acordo com Maria Silva (1998), o interesse de controle da sexualidade feminina não era apenas dos homens, mas também do Estado e da Igreja. A luta contra o concubinato - união livre e estável de um homem e uma mulher que não são casados - era

<sup>6</sup> Segundo Pêcheux (2009), Forma-sujeito, também chamada de Sujeito Universal ou Sujeito Histórico, é o que dá o efeito de unidade à formação discursiva (FD), indicando o modo como os saberes são organizados no interior da FD. É uma forma de revestimento histórico do sujeito que se identifica com a forma “ideal” de ser sujeito segundo determinada FD.

mais intensa por parte da Igreja do que por parte da Coroa, devido ao desejo de manutenção dos padrões católicos. Já o interesse no consentimento do pai ou do tutor para casar interessava mais ao Estado, por causa das heranças e posses que eram herdadas pelo casamento e filhos legítimos.

Ao fazer esse percurso pela historicidade do casamento no Brasil, podemos ver que as mulheres brancas ricas sofreram submissão ao homem com o dever de sustentar a imagem do homem público, e conseqüentemente esses deveres foram estendidos às serviçais, enquanto as prostitutas eram a válvula de escape da sociedade, condenadas a não serem puras, é assim que, até hoje, mulheres indígenas e negras sofrem todas as violências duplamente, dessa forma, demonstra que o sujeito-mulher está condicionado a ser oprimido por uma formação discursiva machista independente do seu lugar de enunciação.

Para o discurso patriarcal, toda mulher que não é como “deveria ser” deve ser dominada, mas, no Brasil colonial, habitavam muitas mulheres que supostamente precisavam de um controle, o que era feito por homens em papel de maridos e pais. E com isso, desenvolve-se um lugar social específico da mulher que não é para casar, para as mulheres mestiças, pobres, entre outras, esse lugar é determinado, principalmente, pela Igreja Católica e pela burguesia.

Burille (2009, p. 4) explica que: “por isso, eram obrigadas às imposições machistas existentes. As filhas eram colocadas nos conventos para não desvirtuarem e se prepararem para o casamento”. A mesma Igreja que apoiava dissimuladamente a criação de bordéis não considerava favorável a intensa ocupação dos conventos no Brasil, já que, segundo Araújo (1997, p. 56), “o último lugar onde se poderia esperar a manifestação da sexualidade feminina seria nas celas dos conventos, pois ali as mulheres deviam recolher-se por espontânea vontade e, como ‘esposas de Cristo’, renunciar por completo aos prazeres sensuais”. As mulheres no convento não podiam ser obrigadas a casar, pois a ideologia dominante era a do casamento para reprodução daquela sociedade burguesa e não da classe pobre e escravizada. Burielle também afirma que:

Os conventos e os recolhimentos eram as únicas opções de cultura e educação para as mulheres, além da instrução doméstica, até o século XIX no Brasil colônia. Até porque o que se esperava das mulheres era que fossem boas esposas e boas mães, e esses lugares de recolhimentos nada mais eram, na realidade, do que centros de correção das “desonradas”, ou de preservação da honra feminina. Então, não se via maior preocupação além de ensinar a ler e a trabalhar com as agulhas (BURIELLE, 2009, p. 6).

Porém, para acontecer um casamento de acordo com a Igreja, o Estado e a heteronormatividade, precisa-se de homens, e para um gênero que sempre se viu livre das mesmas obrigações com as mulheres, pois a Igreja/Família organizou o discurso como se fosse apenas delas a necessidade de conquistar um par, este também precisou se colocar à disposição de “ser conquistado”. Com isso, para o Estado, segundo Del Priore (1994), o objetivo único da metrópole e da Igreja era o adestramento social da população na Colônia. A revista *Jovens Moças* foi uma forma de materializar esse adestramento social feminino na sociedade brasileira nos anos vinte até a década de sessenta.

O casamento como instituição define o lugar das mulheres na posição de “mãe”, sobre isso Burielle afirma que:



À mulher coube o papel de santa-mãezinha para dar a base para a construção da família ideal, reproduzindo os ideais cristãos e a procriação da população, num projeto de Estado moderno e de cristianização. Era o controle do invisível sobre o visível no cotidiano de tantas mulheres, que acabavam ficando sempre sozinhas, uma vez que o processo de colonização proposto obrigava o nomadismo dos homens. Elas eram obrigadas a ficar sozinhas e ainda escolher entre ser um exemplo de moral ou se tornar uma desqualificada aos olhos dos outros, demonizada por todos e ainda excluída do convívio social (BURIELLE, 2009, p. 7).

O papel de “mãezinha” tinha sua função perante a sociedade, pois era uma imposição para impedir contravenções e desordens. Aceitando o papel que a Igreja determinava a elas, indiretamente as mulheres apenas precisavam sobreviver nessa sociedade machista. Nesse papel, muitas vezes, se livravam da exploração doméstica e sexual, das humilhações, do abandono e da violência. Quando analisamos o casamento e a história da mulher no Brasil, conseguimos observar todas as diferenças as quais afastam as mulheres umas das outras, essa distância também é um artifício para manter a ideologia patriarcal dominante, pois, se há algo que nos une, apesar das nossas subjetividades, crenças e raças, é a possibilidade de gerar uma nova vida dentro dos nossos corpos. A maternidade foi, assim, uma forma de organizar redes de solidariedade, afirma Del Priore:

Que a maternidade igualava a todas - racial, cultural e economicamente e servia de instrumento de integração feminina ao projeto colonial. Mas existiam muitos tipos de maternidade – às dentro do casamento, as solteiras, as concubinas duradouras ou passageiras. Mas com todas essas diferenças sociais, a maternidade fazia surgir entre elas uma rede de solidariedade enorme, que não se percebia em outras instâncias na vida colonial (DEL PRIORE, 1993, p. 46).

O casamento, para mulheres e homens, obteve através da historicidade diferentes efeitos de sentido, homens se viam presos ao medo do inferno católico e a sua posição social. Assim, as mulheres obtinham a chance de serem sustentadas financeiramente, já que nem como herdeiras das propriedades dos pais podiam usufruir de seus bens se não fossem casadas.

Observamos que o casamento estava presente em todas as esferas sociais no Brasil colonial, por isso, até hoje, é inerente à posição-sujeito mulher a necessidade de casar e ter filhos, pelo dever social de cumprir a sua função de esposa e mãe. Por fim, a partir da formação discursiva dominante em nossa sociedade, o imaginário de mulher para casar é construído, em uma formação discursiva binária e heteronormativa, como sendo submissa ao marido, limitada ao convívio privado, provendo cuidados para todos de forma altruísta, sem interesse sexual além do necessário para o ato da reprodução, e dependente financeiramente e exclusivamente do marido ou do pai antes do casamento.

Esse imaginário de mulher dependente do homem é produzido e constantemente reproduzido pelos AIEs por meio do processo de *paráfrase*. Segundo Orlandi (2002, p. 36), “a paráfrase é o processo de repetição dentro de uma mesma formação discursiva, onde há “o retorno aos mesmos espaços de dizer”, já a *polissemia* “representa a tensão constante estabelecida pela relação homem/mundo, pela intromissão da prática e do referente, enquanto tal, na linguagem”. Isso significa que os sujeitos estão em constante disputa pelos

sentidos das palavras e por posições sociais. Ao contrário da repetição em cadeia da paráfrase, com a polissemia há uma ruptura com a formação discursiva dominante, abrindo brechas para a interpertação de outra formação discursiva. Observamos acontecer com o imaginário sobre a mulher no casamento modificado pela FD feminista marxista que instaura a possibilidade de divisão das tarefas do lar, e tira da obrigação da mulher a manutenção da união ou mesmo a dependência de um marido.

O Feminismo que surge a partir dos questionamentos levantados por Angela Daves e Silvia Federici, entre outras autoras, discute a luta de classe por meio da instituição (ou AIE) família. A partir dessa vertente feminista, podemos contestar o trabalho que a mulher assume dentro da instituição casamento e que é aprendido inconscientemente a fim de facilitar a vida do homem, dando-lhe pronta sua refeição, suas roupas limpas etc. Esse trabalho servil é visto por esta FD como uma opressão que revela o quanto a mulher está distante de um patamar de igualdade com o marido.

Dessa forma, temos pelo processo de *polissemia* a circulação de outros discursos sobre o casamento e sobre a imagem da mulher que “não é para casar”, representando o que Pêcheux (2009, p. 8) trata por “desigualdade-contradição no interior das formações ideológicas” que são todas as outras mulheres que de alguma forma resistem à ideologia patriarcal dominante.

### **Analisando o discurso da revista *Jovens Moças***

A Revista *Jovens Moças* foi publicada e editada no Rio de Janeiro desde o início dos anos vinte até a década de sessenta e, nessa seção, serão analisados alguns recortes de edições da revista *Jovens Moças* da década de cinquenta. Os procedimentos de análise adotados são próprios do dispositivo da vertente Materialista de Análise do Discurso que aborda o discurso a partir da relação entre língua e história. E, para iniciar as análises, eis a primeira sequência discursiva (SD 1):

SD1:

HÁ PROPÓSITO DO CASAMENTO CONCLUSÃO NA CHINA É ASSIM...

- Nü China há um interessante costume que perdura ainda hoje. a noiva fica numa sala rodeada de amigas e parentes e são contadas as mais engraçadas anedotas na frente da mesma e é de praxe que esta permaneça imóvel, sem um sorriso. Dizem eles que isto é para provar a paciência da mulher, pois no casamento a mulher tolerante e paciente é a que leva sempre a melhor. Minhas queridas leitoras que estão noivas, lembrem-se que a felicidade no casamento depende muito mais da mulher do que do homem, e sabendo disso procure tirar partido deste conselho dado por uma experiência sincera (*Jovens Moças*, 1950, p. 35)<sup>7</sup>.

Observamos inicialmente que, a partir de um provérbio, faz-se o relato sobre um costume de um país oriental. A China é um país com uma cultura rígida e que valoriza a honra, principalmente dos homens e possui uma construção social patriarcal como afirma

<sup>7</sup> Foi mantida a grafia original da revista.

Oliveira Lima:

Hoje ainda a civilização chinesa, posto que adulterada pelo ocidentalismo oferece certos aspectos herdados do poder supremo, exercido de fato pela burocracia letrada dos mandarins, de disposições mais ávidas que o trono e o culto dos mortos, prolongamento do vivo sentimento de família (LIMA, 1963, p. 33).

Podemos observar que a escolha da cultura chinesa como referência para o “conselho” dado nessa materialidade textual, produz sentido na formação imaginária do público leitor, que era predominantemente de mulheres brancas letradas e eruditas. Observamos que, apesar da erudição, essas mulheres são identificadas como ocupando o lugar social de “mulheres para casar”. Desse modo, a cultura trazida para servir de modelo ao comportamento dessas moças apenas reforça a ideologia patriarcal que imputa às mulheres sua submissão ao marido, não importando o quanto são educadas e letradas. O enunciado “*No casamento a mulher tolerante e paciente é a que leva sempre a melhor*” diz respeito à responsabilidade da mulher em manter um casamento, ser tolerante e paciente, tolerar as faltas do marido, assim para manter a dominância da ideologia patriarcal. Em “*Lembrem-se que a felicidade no casamento depende muito mais da mulher do que do homem*”, além de responsabilizar a mulher pela harmonia no relacionamento, mostra que o casamento depende mais das privações da mulher do que do homem, pois um homem infeliz significa que tem o direito de procurar outra mulher, e se a mulher é uma esposa ruim e não prioriza a felicidade do casamento, ela é a responsável pela traição que sofre, e a infidelidade do marido está justificada mesmo não sendo legitimada juridicamente. Por isso, há o aviso “*e sabendo disso procure tirar partido deste conselho dado por uma experiência sincera*”. Quem escreve o texto é um enunciador feminino, ou seja, produz o efeito de que o discurso se constrói no imaginário das mulheres por muito tempo, como se fosse uma senhora casada que fala à jovem que está para casar.

Pode-se perceber uma materialização direta do adestramento social na edição de 11 de julho de 1957, que traz uma lista de dez formas para a mulher torna-se mais dócil:

SD2:

Você tem um caráter dócil?

- 1 - Não se faça carrancuda continuamente
- 2- Não se torne teimosa em tôdas as discussões
- 3- Não seja sensível demais
- 4- Não queira sempre ter razão
- 5- Não se irrite continuamente
- 6- Não diga tudo o que lhe vem à mente
- 7 - Não aponte sempre o lado mau das coisas
- 8- Não seja profeta das infelicidades
- 9- Não queira ser a única pessoa a saber de tudo

10 - Não se deixe abater pelas contrariedades. Procure ter coragem e não se queixar aos outros. Isto cria uma onda de pensamentos negativos para você e que lhe prejudica enormemente. (*Jovens Moças*, 1957, p.11)

O adestramento social se materializa no fato de que por todos os enunciados da lista de como ser mais dócil inicia-se com a palavra *não*. Essa construção do sintagma pela negação se faz de forma imperativa, ou seja, todas as dicas estão postas na conotação de ordem do que não é para fazer, pois, não é considerado dócil quando uma mulher demonstra o seu descontentamento com as injustiças de uma sociedade opressora. A insatisfação é materializada como “negatividade”, o que deve ser evitado para não contagiar o homem que deve chegar do trabalho e receber um lar receptivo e agradável.

Além disso, a docilidade facilita o acesso do marido ao ato sexual. Anteriormente, observamos a criação de bordéis para que os homens pudessem ter sempre à sua disposição o ato sexual enquanto algumas mulheres eram destinadas para o casamento e, para isso, precisavam ser “puras”. Porém, no ano de 1961 com a segunda onda do feminismo produzindo seus efeitos sobre as jovens, a revista se sentiu pressionada pelas transformações sociais a fazer com que as mulheres casadas ou noivas se tornassem mais atraentes para os homens, para que os mantivessem interessados em suas esposas e não “buscassem fora do casamento” a satisfação sexual.

Assim como eram comuns propagandas de produtos de beleza, para cabelo, pele, dicas de roupas, o produto “Seno Bell” surgiu com o slogan “Da beleza do busto depende sua elegância”. As duas funções do produto eram: N. 1 “desenvolver seios pequenos e N. 2 reduzir e firmar seios volumosos”, com o anúncio “A venda nas Drogarias”. A elegância da mulher está materializada no seio pequeno e não na volúpia dos seus seios grandes, pois, seios grandes remetem à eloquência e subvertem o discurso de um corpo discreto, recatado. Já a firmeza dos seios é própria do discurso de que a mulher deve se manter jovem para preservar o interesse do marido. Hoje, o resquício desse discurso ainda circula de forma misógina na sociedade por meio dos implantes de silicone que conseguem aliar a volúpia do tamanho com a firmeza do seio jovem.

O imaginário da mulher para casar foi por muito tempo perpetuado pela revista de diferentes formas, por exemplo, para representar a “santa mãezinha” havia dicas de primeiros socorros para atender a criança e adultos, até de como fazer um torniquete, além de confecção de roupas infantis, receitas para a família e também para uma reunião com os “brotos” para se manter bela e bonita, produtos de beleza e dicas em forma de lista como apresentado acima.

As análises desenvolvidas até aqui são apenas uma amostra do que foram décadas de reprodução de um discurso machista que determinava como deveria ser o comportamento de uma mulher perante a sociedade e, conseqüentemente, dentro do casamento. E essas materializações formam nosso imaginário até hoje. O funcionamento discursivo da lista de dicas para se tornar mais dócil reflete em outros enunciados mais comuns como “Você só pode estar de TPM”, pois mulheres são ensinadas a serem sorridentes e simpáticas e nunca expor uma opinião de forma assertiva e contrária ao discurso dominante dos homens. Nesse mesmo movimento parafrástico do dizer, temos as propagandas de produtos de beleza funcionando inconscientemente para interpelar mulheres a seguir um padrão de beleza determinado pela ideologia dominante de cada época, tudo com o propósito de conquistar os homens, e com isso, um “bom partido” para casar.

Já em um processo polissêmico de produção de sentidos para casamento, surge a revolução feminista nos anos sessenta com o lema “faça amor não faça guerra”, o que altera os sentidos de relação sexual, união amorosa e liberdade feminina. De acordo com Eni Orlandi (2001, p. 23), “a paráfrase e a polissemia trabalham continuamente o dizer de tal modo que todo o discurso se faz nessa tensão: entre o mesmo e o diferente”, assim sentidos distintos estão sempre em disputa. E discurso machista atua estrategicamente nessa disputa, utilizando da linguagem para produzir sentidos por paráfrase, como podemos ver na *Revista Jovens Moças*, ou ainda para conter a polissemia produzida pelo feminismo. Entretanto, depois dos anos sessenta e com o advento da *internet*, o controle dessa polissemia é ainda mais dificultado, embora continue ativo até mesmo por discursivos de mulheres anti-feministas. Páginas dedicadas a denunciar a opressão desse imaginário de “mulher para casar” são comuns em redes sociais digitais, sendo este nosso próximo recorte de análise.

### **A Resistência a esse Imaginário na Internet**

Como já enunciado por Pêcheux (2009, p. 304): “não há dominação sem resistência”. A polissemia pode transformar os modos de funcionar rituais cotidianos, como aqueles ligados ao casamento, por exemplo. Partindo do ponto de vista de uma posição-sujeito oprimida, isto é, de outra formação discursiva, passa-se a questionar a normalização das funções entre sujeitos-homens e sujeitos-mulheres dentro da instituição casamento, dando visibilidade ao favorecimento histórico e aos privilégios de apenas um dos gêneros. Por isso, o surgimento da Formação Discursiva Feminista buscando por igualdade entre os gêneros, mais fortemente após a segunda onda do feminismo, vem se dando por longo tempo na cultura ocidental. E hoje com a massificação da *internet*, conseguimos encontrar grupos unidos para resistir discursivamente através de *hashtags*, ferramenta que potencializa a disseminação dos discursos. Recentemente, foi criada a *hashtag* dicas matrimoniais - “#dicasmatrimoniais” - que se opõe ideologicamente à revista *Jovens Moças*. A *hashtag* materializa um discurso de resistência aos padrões comportamentais impostos às mulheres pela ideologia patriarcal. Passamos à primeira sequência discursiva desse recorte com a SD3 que é uma postagem na rede social *Twitter* no perfil de uma usuária que utiliza a tal *hashtag*:

SD3: Se seu marido trabalha fora e você também, ao chegar em casa, se ele ficar no sofá, fique no outro. Esperem juntinhos a comida ficar pronta. Amanhã tem mais dicas matrimoniais.

Logo observando que são condições de produção distintas temporalmente, já que hoje a mulher pode trabalhar fora do lar, mas certos discursos sobre a responsabilidade da limpeza e ordenamento do lar se mantêm. O que demonstraria um casamento em patamar de igualdade, nesta FD, são os dois chegarem do trabalho ao mesmo tempo e dividirem as tarefas. Sabendo disso, o “conselho” para manter a igualdade é reproduzir a ação do homem perante a situação em que está pré-condicionado. Para um possível “correto”, as funções não deveriam estar definidas por gênero como na ideologia dominante vista anteriormente. Em uma formação discursiva feminista, que advoga pela equidade entre os sexos e a libertação das mulheres, as tarefas do lar devem ser realizadas por ambos, homem e mulher, de modo que cada um possa atuar nas obrigações de asseio do lar e alimentação de seus moradores sem sobrecarga de trabalho para um deles.

A partir do efeito de ironia sobre o discurso dominante, “esperem juntinhos a comida ficar pronta”, a recomendação dada é justamente a de rebelar-se, de modo aparentemente pacífico, contra o comportamento masculino já normalizado em que o homem chega em casa com o propósito de descansar, e é atendido pela esposa que busca suprir suas necessidades.

Na SD 4, observamos o abandono do efeito de serenidade, partindo até mesmo para o castigo físico:

SD 4: Seu marido deixa prato ou copo em cima da cama? Quebre-os em pedaços menores e pontiagudos e os mantenha em cima da cama. Coloque do lado em que ele for deitar. Apague a luz e veja a mágica acontecer. Me sigam para mais dicas matrimoniais!

Observamos, no efeito de sentido produzido na SD 4, a revolta contra o imaginário de uma mulher como serviçal. No discurso machista, é à mulher que cabe resgatar os objetos espalhados pelo homem na casa, como copos, pratos, talheres e também toalhas e roupas. Mas a menção a copos e pratos remete ao fato de que homens se alimentam em cima da cama, despreocupados com o asseio do leito, o que deveria ser apenas preocupação das esposas. Então, deixar que o homem seja castigado pelos cacos de vidro é uma forma de ensiná-lo a não depositar esses objetos onde for dormir. Embora a formulação das “dicas” dirigidas às mulheres ainda se faça no modo imperativo, aqui é o homem que deve ser adestrado, ele que receberá o ensinamento de como se portar mesmo que seja de forma extremamente desagradável.

A resistência em forma de ironia se multiplica nas redes sociais, saindo de uma página para ser replicada na outra, como o caso da SD 3 que foi replicada na página do *Facebook* “Diferentona”. O que é ser uma mulher diferentona? Não é o mesmo que diferente, pois não se trata apenas de produzir um outro discurso, mas é estar à margem do padrão, discordar, rebelar-se e incitar outros modos de comportamento.

Além disso, observamos a convocação das mulheres para seguirem os perfis e reproduzirem em rede as tais dicas matrimoniais: “Me sigam para mais dicas matrimoniais”, “amanhã tem mais dicas”. Essa convocação ao sujeito-interlocutor produz o efeito de continuidade do dizer, de uma cadeia de repetição que deve ser massivamente reproduzida. Esse efeito de saturação é necessário para a sedimentação dos sentidos no processo de paráfrase, uma vez que é a repetição que produz discursos e naturalizam dizeres. Assim, entendemos que toda FD que se origina pelo processo polissêmico tende a manter-se pelo movimento parafrástico.

O discurso de resistência só é possível pela polissemia que rompe com o imaginário projetado pela ideologia patriarcal para as mulheres. E que é, através da polissemia e da opacidade da língua, que as mesmas palavras e expressões podem produzir outros efeitos de sentido e tornar possível a emancipação feminina das obrigações do lar a partir da FD feminista que promove o discurso sobre a igualdade entre os gêneros mesmo dentro do casamento.

Vale salientar que esse novo imaginário de casamento não rompe com o sentido de instituição e seu funcionamento dentro do AIE família, mas fornece possibilidades distintas de organização dos sujeitos na relação familiar e no ambiente privado, como vemos na SD5:

SD5: Se seu marido falar que fazer os serviços da casa é sua obrigação, diga a ele que quando você casou você assinou uma certidão de casamento e não a carteira de trabalho.

Observa-se, no perfil “Diferentona” em outra rede, agora *Instagram*, novamente o sentido de que os serviços do lar não devem ser imputados apenas às mulheres. Além disso, o que nos chama a atenção nessa SD 5 é o fato do casamento ali retratado não romper com o sentido jurídico de um contrato assinado em cartório, o que é questionado não é o ritual jurídico-cristão do evento casamento, mas sua comparação com a servidão da mulher. Não assinar um contrato de trabalho, mas um contrato de casamento significa que a mulher não é levada à união estável e monogâmica legal pelo desejo de se “empregar”, mas remete ao sentido de “busca pelo amor”. O efeito de sentido romântico para o casamento se mantém parafrasticamente, mudando apenas as posições-sujeito ocupadas por homens e mulheres na relação amorosa.

### Considerações finais

A análise mostra a relação de tensão entre paráfrase e polissemia na construção do discurso sobre o imaginário da mulher que é adequada para casar. E ainda mais, numa conjuntura na qual existem ramificações do discurso sobre o casamento, por exemplo: estereótipos de gênero, o medo da materialização da feminilidade em homens, há o conflito em torno do imaginário que a formação discursiva machista construiu a partir de revistas como *Jovens Moças*. A partir da circulação do discurso de resistência feminista na nossa sociedade brasileira, a posição-sujeito mulher sofre uma transformação, tomando consciência de que o casamento foi uma forma articulada pelos Aparelhos Ideológicos de Estado para oprimir as mulheres, o processo de politização pela mediação da Análise do Discurso, a AD, enquanto prática política, possibilita o estudante da língua a produzir conhecimento sobre as opressões cotidianas por não poderem se omitir da formação discursiva que resiste.

Enquanto a paráfrase continua a beneficiar um mesmo lado da história continuamente, percebemos por meio das postagens com a *hashtag* dicas matrimoniais, a polissemia produzindo rupturas na rede de comunicação em massa. O casamento em seu funcionamento como instituição que oprime as mulheres independentemente de seu lugar social é revisto, mesmo que não anulado segundo a análise que fizemos. E, através da polissemia, e sua subsequente paráfrase, esperamos mudar o que normalmente é uma relação de poder em que a mulher é colocada historicamente em desvantagem.

### Referências

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução de Joaquim José Moura Ramos. Lisboa; São Paulo: Presença; Martins Fontes, 1970.

ARAÚJO, E. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/ Edunesp, 1997. p. 37- 65.

BURILLE, C. **O papel das mulheres na organização do espaço social na sociedade**

**colonial**, 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/20033107-O-papel-das-mulheres-na-organizacao-do-espaco-social-na-sociedade-colonial-1.html>. Acesso em: 29 dez. 2020.

DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Edunesp, 1997.

D’INCAO, M.A. Mulher e família burguesa. In.: DEL PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 223-241. 2012.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. v 1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996 [1970].

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 41 ed. Petrópolis: Vozes, 2013 [1975].

HISTORICIDADE. In: LEANDRO-FERREIRA, M. C. (Org.). **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2001.

JOVENS MOÇAS. **Revista Quinzenal Ilustrada (RJ)** - 1914 a 1919: Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/11103>. Acesso em: 24 abr. 2020.

LIMA, O. **A história da civilização**. v. 13. São Paulo: Camp. Melhoramentos Indústrias de Papel, 1963.

NAVARRO, R. **O livro do amor**. v. 1. Rio de Janeiro: Editora Best Seller LTDA, 2007.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 4 ed. Campinas: Pontes, 2002.

ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5 ed. Campinas: Pontes, 2007.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 5 ed. Campinas: Pontes, 2009 [1978].

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4 ed. Tradução de Eni P. Orlandi *et al.* Campinas: Editora Unicamp, 2009 [1975].

SILVA, M. De Colona a Bóia-Fria. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/ Edunesp, 1997. p. 464 - 483.